

Travestilizar o heroísmo:

Metáforas bélicas, adoecimento e luto na escrita da biografia de Fernanda Benvenutty¹

Luiza Ferreira Lima²

Nascemos em manjedouras
E depois de crucificadas, ressuscitamos
Deize são as Yabás falando ao pé do meu ouvido
Juntas em unção
Fizemos da cruz, encruzilhada
Nos levantamos do vale de ossos secos
Transformamos pranto em festa
Nossos cus em catedrais
Conhecemos os mistérios por com eles andar
Não mais calvário
Arrebatamos das mãos do senhor
As chaves de nossas cadeias
Dancemos engenhosas e aprendamos a voar (...)
Eu não vou morrer
Eu não vou morrer
Eu não vou morrer
Eu não vou morrer

Canta a multiartista soteropolitana Ventura Profana na música “Eu não vou morrer”; cruzamento de referências religiosas saturando a letra tanto quanto a repetição da frase título. Em verdade, os dois elementos se articulam de modo a torcer o sentido de “morte” – porque embora diga “eu não vou morrer eu não vou morrer eu não vou morrer eu não vou morrer”, a alusão ao sacrifício e ao ressuscitar, bem como ao retorno do vale dos ossos secos (referência bíblica à devastação, à desesperança, e sua saída do vale como restauração à vida) nos sinalizam que, mais do que não acontecer, a morte não é definitiva. Ela não tem poder de permanência diante dos mistérios capazes de converter cruz em encruzilhada, pranto em festa, cadeia em liberdade, calvário em dança e vôo. Tal torção é um convite, um desafio e um questionamento: consideremos outras relações entre vida e morte; quero ver nos matarem quando nossas vidas já impossíveis em tal enquadramento persistem, porque somos milagre (Mombaça, 2020:14); como elaborar a vitória da sobrevivência travesti no país que mais comete transfeminicídios?

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto e 03 de setembro de 2022.

² Bacharel em direito e ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Mestre e doutore em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS/USP). Agradecimentos à FAPESP pelo financiamento da pesquisa de doutorado da qual decorreu este artigo (processo Nº 2016/23516-0). Ressalto que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade de autore e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

Este trabalho reflete sobre uma recorrência narrativa no processo de escuta da história de vida da militante travesti Fernanda Benvenutty, e de sua tradução em texto escrito por mim e minha orientadora Silvana Nascimento – principalmente no último ano de sua vida: metáforas bélicas utilizadas por Fernanda para atribuir sentido à descoberta de um tumor maligno e à experiência de tratamento médico. Também tem como objetivo pensar sobre o lugar de tais metáforas após seu falecimento, e em meio à imperatividade de conclusão do projeto biográfico em face do luto e da ausência de sua idealizadora. Parte de minha pesquisa de doutorado, que se debruçou sobre a trajetória de redes de produção de conhecimento produzidas por auto/biografias de pessoas trans e publicadas no Brasil e nos Estados Unidos (Lima, 2022), aqui me concentro em dois momentos: o encontro com uma inscrição atípica, feita por Fernanda, de si e de seu passado a partir do evento crítico de adoecimento; e a sua passagem para o papel – bem como a brusca reestruturação que sofreu diante da morte de Fernanda em 2020.

Inscrever com voz, friccionar moldes

Fernanda Benvenutty. Fundadora da ASTRAPA – Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba³. Liderança da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Três vezes candidata a cargos legislativos em âmbito municipal e estadual⁴. Técnica de enfermagem em hospitais da rede pública da Paraíba desde os anos 1990. Carnavalesca, criadora de duas escolas de samba em João Pessoa. Mãe de um rapaz e uma moça. Avó.

Fernanda tinha consciência da densidade de sua trajetória, e sonhava com a escrita de sua biografia há anos; o sonho virou projeto quando se aproximou de Silvana Nascimento à época que esta lecionava na Universidade Federal da Paraíba e começava a se engajar em pesquisas sobre ativismo, trabalho sexual e concursos de beleza protagonizados por travestis e mulheres transexuais. Fernanda, ativa na política partidária e no movimento LGBTQIA+ local, se tornou uma interlocutora fundamental; tinha não só uma história de vida intrigante que revelava pioneirismo e protagonismo em diferentes dimensões, como também uma reflexão sobre violência transfóbica e engajamento político que envolveram Silvana. A interlocução direta em pesquisas sobre identidade política e travestilidade levou à firmação do projeto de escrita da biografia de Fernanda.

Em 2016, fui convidada por Silvana a me juntar à iniciativa. A partir de então, realizei 3 idas a João Pessoa: em 2016, 2017 e 2019. Minha estadia durava apenas cerca de 4 a 5 dias, mas era intensa – ficava hospedada na casa de Fernanda, compartilhando seu próprio quarto, e a

³ Renomeada em 2020 para ASTTTRANS – Associação de Mulheres Travestis, Transexuais e Transfeministas do Estado da Paraíba.

⁴ Três vezes (2004, 2008 e 2010) pelo Partido dos Trabalhadores, e uma última vez em 2016 pelo Partido Social Democrático.

acompanhava ao longo de todo o dia entre breves comentários partilhados enquanto ela realizava atividades rotineiras, longas entrevistas em que rememorava sua vida, e colheita de depoimentos com figuras importantes a sua trajetória. Em 2017 e 2019, as trocas eram também orientadas por rascunhos do livro que levei nessas duas viagens, para que ela pudesse corrigir e complementar informações já presentes nas minutas, e comentar sobre linguagem, organização narrativa, etc.

Chegando em São Paulo, e nos intervalos entre as viagens, eu e Silvana conversávamos sobre a estrutura de capítulos do livro, seu arranjo temporal, como passar o molde narrativo oral para o escrito, quais dados, eventos e reflexões inserir, quais omitir, quais reconfigurar, o que havia de importante que ainda não sabíamos e precisava ser perguntado a Fernanda. Mostrávamos o texto a ela, e toda a rotina começava outra vez. Uma versão quase final foi concluída no fim de 2019, aguardando apenas o carnaval de 2020 de João Pessoa – quando no desfile das escolas de samba independentes, a Unidos do Roger (fundada por Fernanda) ia homenageá-la tornando sua trajetória tema da apresentação. Queríamos registrar esse evento no livro antes de começarmos a nos informar sobre possibilidades e processos de submissão de manuscritos a editoras.

No entanto, dias antes do carnaval fomos surpreendidas com a notícia do falecimento de Fernanda, em decorrência da metástase de um câncer que se agravou rapidamente. Um mês depois, a pandemia COVID-19 eclodiu. O livro foi finalizado de modo precário, em meio ao luto e ao distanciamento social: elaboramos um fechamento relatando seu falecimento e o desfile de carnaval com base em matérias na imprensa e em uma longa entrevista por vídeo com Cleudo Gomes, amigo e ex-assessor de suas campanhas pelo Partido dos Trabalhadores. Submetemos, então, o livro para publicação e até este momento ele se encontra no prelo.

Entre cadernos de campo e transcrições de entrevista, ouvir e escrever a história de Fernanda levou a uma complicação do que significa “ouvir” e “escrever” – algo nada óbvio para mim, mais dedicada à pesquisa documental e ao ler desde o mestrado (Lima, 2015). O efeito confuso de desestabilização de expectativas tanto de apreensão do dito quanto de remoldagem em outro registro – da forma oral para a escrita – acarretou na necessidade de mobilização de suportes teóricos para dar conta metodológica, ética e politicamente da presença material do encontro e do que ela revela sobre modos de pensar e fazer texto, pensar e fazer pesquisa.

Para considerar o que Fernanda tinha a dizer e minha responsabilidade frente ao dito, as palavras de Bruce Albert acerca da relação com Davi Kopenawa (2015) foram iluminadoras. De acordo com Albert, a colaboração vigilante epistemológica e eticamente só se dá a partir do afastamento de expectativas complacentes de adoção de pesquisadore pela comunidade e por interlocutórias, que usualmente resulta em celebração de pesquisadore por conseguir extrair

segredos de informantes e lidar com as informações que extrai do modo como bem entende. Há, Albert assevera, um pacto implícito que constitui antropólogo como intermediária entre mundos:

a transmissão visa (...) o mundo do qual ele jamais deixa de ser um representante, queira ele ou não. (...) Sua paciente educação se aplica, em primeiro lugar, a nos fazer passar da posição de embaixador improvisado de um universo ameaçador ao papel de tradutor benevolente (...) de um modo que lhes permita adquirir ao mesmo tempo reconhecimento e cidadania no mundo opaco e virulento que se esforça por sujeitá-los. Para o etnógrafo, em compensação, trata-se de assumir com lealdade o papel político e simbólico de *truchement* às avessas, à altura da dívida de conhecimento que contraiu, mas sem por isso abrir mão de sua própria curiosidade intelectual (...). (ibid.: 521-522)

A tomada de consciência desse processo de reeducação envolvido na interlocução, bem como das implicações e expectativas da partilha são fundamentais aqui. Ela é chamamento para atentar à estruturação reflexiva que orienta o relato de si, e que está sendo transmitida tanto quanto eventos e estados subjetivos ao moldá-los. E é o que me levou a considerar com cuidado a composição elaborada por Fernanda, oradora experiente de décadas de militância e apresentação pública: os gestos, a modulação e o ritmo da voz, a expressão que acompanha o dizer, a organização das palavras encadeadas e o processo elaborativo que subjaz à performance do relato.

Donde me pareceu apropriado considerar sua fala como oralitura, nos termos de Leda Maria Martins (1997). Em seu estudo-resgate da memória da Irmandade de Nossa Senhora do Jatobá em Minas Gerais, ela cunha o conceito para se referir à poética particular da prática falada de contar histórias, e ao que esse ato faz em âmbito coletivo e subjetivo, em termos estéticos e políticos:

Aos atos de fala e de *performance* dos congadeiros denominei oralitura, matizando neste termo a singular inscrição do registro oral que, como *littera*, letra, grafa o sujeito no território narratário e enunciativo de uma nação, imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de *litura*, rasura da linguagem, alteração significativa, constituinte da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e das suas representações simbólicas. (ibid.: 21)

Oralitura permite atentar para a riqueza do registro do passado através da fala em respeito ao sistema simbólico que o sustenta, aos elementos que compõem sua enunciação, e ao que esta engendra em corpos de sujeitos, na elaboração de sua subjetividade, em um enquadramento de sentido hegemônico (branco, eurocentrado, ela diz; eu diria cisnormativo também). E “engendrar” se refere tanto a um efeito produtivo de gravar signos, sujeitos, histórias e sistemas de pensamento em um território que não os considerava, quanto a um efeito destrutivo de riscar desse território elementos fundacionais do citado enquadramento de sentido hegemônico – como a sistemática significação e valoração negativas de comunidades, civilizações, regimes de conhecer. Envolve, ademais, formas de cruzamento de linguagens: apropriação, confronto, atualização e fusão de signos e modos de se expressar e comunicar, gerando formas híbridas no movimento da fala.

Mas se o pacto mencionado por Bruce Albert envolve reconhecimento e respeito frente ao saber partilhado por interlocutores (olhar atento ao dito e a quem diz), há de modo correspondente o chamamento para que se considere a dinâmica de compartilhamento desse saber marcada pelo modo como somos lidos, os aspectos definidores de nossa escuta, e as operações de interpretação e reelaboração desse saber na feitura do trabalho antropológico – e aqui, também biográfico. Nesse sentido, a autoetnografia se apresentou como método prolífico para se investigar as implicações da trajetória de minha posicionalidade, de atribuição de sentido a mim por Fernanda e de ajustes de escrita ao longo da colaboração que se deu entre mim, ela e Silvana.

Daniela Beccaccia Versani (2005), ao se debruçar sobre o termo autoetnografia, sua história na antropologia e seus usos por antropólogos, destaca de modo central a discrepância de sentido: pode ser apreendida como narrativa; como método; como texto. Segundo ela, duas perspectivas se destacam: entendimento como etnografia nativa; e como história de vida. A associação entre pesquisador e contexto estudado se delinea a partir de duas frentes: seja em referência a uma native não antropóloga e os efeitos políticos de um discurso “autêntico” em reação aos estrangeiros; seja em referência a uma antropóloga native, e as implicações metodológicas dessa investigação próxima (ibid.: 104). No que toca ao foco em seu entendimento como história de vida, trata-se de situar, no escopo da disciplina, o lugar de um texto que se aproxima do autobiográfico e de discussões próprias do gênero.

Versani, dedicando-se precipuamente à análise da coletânea “Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social” organizada pela antropóloga Deborah Reed-Danahay (1997), argumenta que suas duas principais contribuições são: a assunção, por pesquisadoras, de um molde aberto do termo como ponto de partida, permitindo uma série de operacionalizações a partir da premissa básica de “narrativa do self que localiza o ‘self’ num contexto social” (Reed-Danahay, 1997: 9 apud Versani, 2005: 105); e o enfoque na mobilidade de posições de sujeito e na contextualidade do processo de construção da escrita. Gostaria de tomar esses aspectos produtivos como referenciais também no modo de condução do que considero autoetnografia aqui⁵.

Entre escutar e escrever

Meu último encontro com Fernanda aconteceu em abril de 2019. Até então, como mencionei, tinha ido a João Pessoa 2 vezes – em 2016 e 2017. Havíamos passado 2018 sem nos encontrar, ainda que não sem trabalhar no livro: continuávamos envolvidos com a escrita entre as demais atividades profissionais. Havíamos sabido que em agosto de 2018 Fernanda tinha

⁵ Em especial, cito os ensaios que assumiram um enfoque de método e de escrita. Dois são particularmente norteadores: “The Taming of Revolutions: Intense Paradoxes of the Self”, de Michael Herzfeld; e “Writing Birthright: On Native Anthropologists and the Politics of Representation”, de Pnina Motzafi-Haller.

descoberto um tumor nos rins e sido submetida a cirurgia para retirá-lo; não tínhamos muitos detalhes mais. Nas poucas interações com ela via WhatsApp, havia impaciência e desconfiança quanto ao livro. Ela nos perguntava: “A quantas anda meu livro?” e “Esse livro não vai sair?”

Cheguei a sua casa nessa terceira viagem marcada por certa apreensão e insegurança. Sabia que ainda havia lacunas no livro, aspectos de sua vida pouco claros a nós que demandavam mais tempo de entrevista, mas também sabia que os anos passados e a doença haviam trazido um senso de urgência a Fernanda. Sentia-me em falta com ela e com o projeto.

Após café feito e estarmos acomodados na mesa de sua cozinha, ela com a última versão impressa do documento em mãos, Fernanda em um primeiro momento o olhava com desinteresse, aleatoriamente. Fazia comentários breves mas não estava engajada na revisão. A dinâmica mudou quando, passados alguns minutos, perguntei-a como gostaria de encerrar o livro; ela olhou em meus olhos, subitamente grave e compenetrada, e retorquiu:

Uma coisa que eu gostaria de relatar um pouco assim, não sei se é um rodapé, o que que é, é um pouco da vitória dessa história de vencer o câncer. Eu acho que isso serve de exemplo e motivação pra muitas pessoas. Que passaram, que tão passando pelo processo de câncer e que muitas vezes não acreditam que a cura é possível. (Entrevista – 12 de abril de 2019)

A partir daí, realizamos uma entrevista de mais de 2 horas. Seu enfoque foi a descoberta do tumor nos rins em agosto de 2018 e os eventos que se desenrolaram então – a corrida por atendimento médico no sistema público de saúde, a decisão pela remoção do tumor, a debilidade que a doença e o período pós-operatório trouxeram que limitou sua participação na militância e na organização do carnaval de 2019. A fala já inaugurava uma ruptura considerável das outras duas entrevistas: nestas, Fernanda havia priorizado uma narrativa de acontecimentos enfrentados por ela de modo pioneiro, direto, sem muitas elucubrações, hesitações ou afetação emocional. Também se tratava de uma narrativa centrada em si, enquanto pessoa autônoma, inteira, formada subjetivamente – pouco transformada pelos vínculos estabelecidos ao longo da trajetória. Se muito, ela era a pessoa que mudava a vida de demais, ajudava em seu sustento, transformava condições de vida. Da militância a relações familiares, Fernanda se apresentava como o vetor de ação e afetação, raramente o contrário. Em 2019, o redimensionamento foi rapidamente notável.

Desde esse breve trecho, um elemento se destaca no processo elaborativo dos últimos anos: o uso de linguagem bélica para se referir a sua reação a e relação com o câncer. Junto a “vencer o câncer”, é notável o uso de formulações como “tem gente que se entrega mas eu tive coragem de enfrentar”, “isso foi uma prova, um teste de resistência; fui testada, enfrentei e venci” e “não pode baixar a cabeça, tem que lutar.” O desenvolvimento da doença é entendido como um ataque a seu

organismo, e tanto a perspectiva que assume psiquicamente quanto o efeito de tratamentos médicos são entendidos como reações a uma batalha – em que se pode “baixar a guarda” (ser desatenta), “se render” (permitir que a doença aja livremente sobre o corpo) ou “confrontar” (buscar mecanismos de controle, tratamento e cura).

Reflexões sobre metáforas usadas no desenho simbólico de doenças – por pacientes instituindo um léxico para a experiência de adoecimento; por profissionais de saúde engajados em dar inteligibilidade a fenômenos complexos e traumáticos; por atores políticos pautando debates e reações coletivas a problemas de saúde pública – não são novidade⁶. Susan Sontag em “Doença como metáfora” (1990[1977]) já se tornou um clássico: ao comparar as imagens associadas a câncer e tuberculose, pretendia demonstrar o poder de fantasias na mitificação de doenças e na constituição de sua invencibilidade. Dentre o complexo de figurações do câncer, Sontag menciona as de guerra:

As metáforas controladoras na descrição do câncer são, na verdade, extraídas não da economia, mas da linguagem de guerra: todo médico e todo paciente atento tem familiaridade com (...) essa terminologia militar. Células de câncer não apenas se multiplicam; elas são “invasoras” (...). Raramente as “defesas” do corpo são vigorosas o suficiente para obliterar um tumor. (...) Tratamento também tem um gosto militar. Radioterapia usa as metáforas de guerra aérea; pacientes são “bombardeados” com raios tóxicos. E quimioterapia é guerra química, usando venenos. O tratamento objetiva “matar” células cancerosas. (...) É impossível evitar lesionar ou destruir células saudáveis (...), mas se pensa que qualquer dano ao corpo é justificado se salva a vida do paciente. Com frequência, é claro, isso não funciona. (ibid.: 64-65)

Dentre as muitas distorções que essa retórica bélica produz está o poder de força de vontade individual que se aproxima a heroísmo na constituição narrativa de processos de subjetivação de pacientes: a luta contra algo que é outro ao corpo, um estrangeiro invasor inimigo à própria sobrevivência e portanto demanda coragem e dedicação para ser “vencido” (ibid.: 69). E isso é notado na fala de Fernanda: a importância de não desistir, “não se entregar”, e “ter força para enfrentar” de modo agressivo e direto como elemento central no tratamento e cura do câncer. Falar

⁶ Em 2020, com a eclosão da pandemia de COVID-19 e a instauração de uma crise sanitária de dimensão global, pesquisadoras em ciências sociais vêm acompanhando as metáforas usadas: na tentativa de dar sentido às ameaças da doença, ao sofrimento pela fragilização e pelas mortes que acarretou, e à solidão do confinamento (Carvalho et al, 2020); na modulação diferencial dessa percepção quando atravessada por experiências distintas de classe e raça (Franco, 2020); para reivindicar legitimidade de uso de força discricionária por governantes como modo de proteção contra um outro (produzido como) perigoso racialmente marcado (Araújo, 2020); etc. Mas como mencionei, o uso de metáforas para falar de doenças, e em especial o uso de metáforas de guerra não é algo recente: Susan Sontag (1990[1977]) aponta a mobilização de termos bélicos para se referir a enfermidades causadas por bactérias; Mark Harrison (1996) faz uma revisão bibliográfica dos campos que se dedicam tanto à análise da “militarização da medicina” quanto de “medicalização da guerra. Já Ariadne Domingues Almeida (2021) recentemente realizou um estudo comparado da mobilização de tais figuras em artigos de jornal tanto entre o cenário atual afetado pelo coronavírus quanto e a gripe espanhola que assolou o país em 1918.

sobre o adoecimento é falar, eminentemente, sobre o temperamento e ações assumidas pelo sujeito doente em oposição à doença.

Poderíamos inicialmente enquadrar essa operação narrativa em um modo de contar histórias já destacado e questionado em estudos feministas: o modelo heróico. Ursula Le Guin (1986) apresenta o fundamento masculinista no relato de histórias que se centra em um herói individual que, sozinho (ou melhor, com suporte invisibilizado ou descrito em segundo plano como acessório), enfrenta conflitos na forma de uma trajetória linear, progressiva, que o conduz a sua triunfante conquista – simbolizada por um instrumento de batalha e de assassinio do adversário. Em oposição, ela defende a teoria da bolsa de ficção: a bolsa ou recipiente uma dinâmica sem fim de armazenamento de elementos que dão energia e nutrem, como fazemos ao armazenar alimentos em uma cesta, cuidar de pessoas em uma casa. Nesse modelo, o central não é a missão de luta de um indivíduo e a sua vitória, mas o processo contínuo de relações entre os elementos dentro da bolsa, entre eles e quem se nutrirá com eles.

Bru Pereira (2020) se valeu da teoria bolseira de ficção de Le Guin para refletir, a partir de uma perspectiva transfeminista, quais histórias devemos contrapor a narrativas heroicas e repertório bélico que vêm sendo mobilizados principalmente por líderes políticos de extrema-direita no cenário de pandemia de coronavírus. Pereira adensa o individualismo das histórias de heróis: o herói participa da destruição, mas sobrevive a ela – e aí reside sua superioridade. Ademais, “é um grande privatizador de histórias (...), afinal de contas o destino dele é o destino de todos” (ibid.: 8): ao envolver quem o circunda em sua missão individual, pouco se importa com as trajetórias de demais e não se responsabiliza pelos danos provocados no caminho até seu triunfo.

Já, argumenta, o que o cenário pandêmico tem revelado a ela, em especial ao olhar para comunidades trans, é a intrincada participação na vida umas de outras, a conectividade que traz risco mas permite constituir personitude. Somos os vínculos que temos com outras a partir de relações de cuidado, afeto, convivialidade, e esse “viver com” pensado e vivido por transfeministas nos permite imaginar outras histórias. Histórias que centram o papel da narradora como testemunha das que não sobreviveram, como herdeira e participante de uma comunidade que torna possível sua vida pela rede que institui (citando Abigail Campos Leal) modos coletivos de envivecer (ibid.: 14).

E é nesse ponto que Fernanda em sua narrativa produz nuances nessa lógica opositiva entre modelo heroico e modelo bolseiro. Porque o “eu” tem centralidade e a linguagem individualizante e militarizada de reação à doença a aproxima do primeiro. Mas o segundo também se faz presente – vejamos o que mais ela disse na longa entrevista de 2019:

(...) [o período de adoecimento, cirurgia e recuperação] foi muito importante pra mim porque contei com o apoio de pessoas de fora da família. Da convivência. As meninas

[do movimento trans] me ajudavam no hospital, o Renan [parceiro da escola de samba] me acompanhou o tempo todo. Essa nova geração de família, que pra mim é uma família. Pessoas que me deram apoio psicológico e cuidaram de mim, me alimentaram, pra eu poder me recuperar. (...) fui muito bem rodeada aqui dentro de casa, com muito cuidado e carinho. (...) porque assim, por mais que as pessoas digam “você é guerreira, você é forte”, sou. Mas eu sou muito forte na hora de cuidar dos outros. Na hora de cuidar de mim eu sou a pessoa mais frágil do mundo. A pessoa mais boba que pode ter no mundo, que pode sofrer, sou eu! Às vezes as pessoas acham que você é uma pessoa lutadora, guerreira, forte, que você não tem sentimento e não desmorona. Nessas horas eu desmorenei. (Entrevista – 12 de abril de 2019)

A batalha da heroína, assim, não é feita de modo solitário; Fernanda nos diz que o papel é exercido com maior facilidade e propriedade em conflitos por outros, não por si mesma. Ao se ver diante de algo que ameaça a própria vida, sua fragilidade se evidenciou e a rede de apoio e solidariedade de amigos ocupou protagonismo no processo narrado de fazê-la viver. Não são apagadas ou relegadas a um papel secundário; o “eu” de Fernanda, corajoso e tenaz, apenas se dá em uma “mutualidade do ser” (citando Pereira, que cita Sahlins) ambivalente.

Digo “ambivalente” porque o heroísmo só é possível pelo cuidado de amigos. O cuidado de amigos é tingido, por sua vez, pela ojeriza à própria dependência de tal cuidado; a ausência de familiares nessa rede de cuidado é tingida pelo orgulho em ser a provedora de cuidado e subsistência (papel que exerce há décadas em relação a familiares próximos), não o contrário; e tal orgulho é tingido de ressentimento por não receber acolhimento e proteção desse grupo de pessoas. Vejamos:

(...) com 10 dias [de alta do hospital, após remoção do tumor] eu já tava fazendo coisa de carnaval. Ficar deitada, não poder andar, isso me incomodava. Eles ficavam “mas Fernanda”, mas eu tinha que fazer alguma coisa. Pra mim foi muito bom não ficar ociosa. Não fiquei só esperando melhorar. (...) não conseguir me levantar, ficar desmaiando, isso me deixou mais doente ainda. Eu não queria que ninguém fizesse nada por mim. Eu me sentia incapaz. (...) E tinha coisas que não dava pros meninos resolverem, eu que tinha que ir pra resolver. Tanto que várias coisas do carnaval só começaram a ser feitas depois que eu melhorei! (...)

[sobre a experiência de adoecimento e fragilidade] eu vou ficar triste? Choramando? Reclamando? Às vezes eu faço um biquinho. Me faço de vítima pras pessoas da minha família entenderem que eu também sou um ser humano, que eu também adoço. (...) Depois da cirurgia tem metade da família com quem não falo. Não veio me visitar, não veio porque não quis. Fiz tudo por todo mundo a vida toda, na hora que precisei ninguém veio? Pra quem eu tanto fiz. Não tem como esquecer. Você só sabe quem são as pessoas quando você precisa. Não faltou quem cuidasse de mim, mas quem deveria estar próximo não estava. Quando querem dinheiro ou vir pra capital, vir pra praia,

ninguém tem dificuldade de me procurar. As pessoas, família, só querem quando você está servindo. (Entrevista – 12 de abril de 2019)

O cuidado prestado por amigos é reconhecido e valorizado como definidor de sua reação à doença e recuperação – portanto definidor da possibilidade de exercício do papel de heroína, da conquista sobre a doença e do seu seguir vivendo. No entanto, tal reconhecimento e valorização estão atrelados à angústia que depender de outres acarreta, bem como à sensação de redução de capacidade. Em jogo estão duas noções de pessoa: a rede é o que lhe permite assumir personalidade que se faz em socialidade, mas é o que ao mesmo tempo provoca a sensação de ser menos que um indivíduo “normal”. Da mesma forma, estão duas noções de relação com efeitos na imagem de si que desenha: ser uma figura de liderança e proeminência que concentra decisões e provê coisas (administração e direção no caso da escola de samba; contribuição material no caso de sua família⁷) alimenta uma relação assimétrica entre ela e esses dois grupos. Em uma posição superior hierarquicamente, como já mencionei, o vetor de prestação de assistência é unilateral – de si, que possui mais e não precisa de nada, a quem possui menos e precisa de tanto.

Contudo, a exposição de sua vulnerabilidade com o adoecimento revela uma fissura na imagem de sujeito que construiu para si: e então não só receber, mas precisar receber assistência engendra a bilateralidade do vetor. Isso perturba sua superioridade, aproxima-a de uma dinâmica horizontal com relação a amigos – mas principalmente expõe a não contraprestação, a não realização do outro sentido de doação por familiares.

Assim como no relato da doença, a narração da dependência e da expectativa de cuidado são constantemente contrabalanceadas pela afirmação da própria autoridade e interrompidas pela minoração de sua importância, como se o ocorrido não a tivesse afetado verdadeiramente. Os olhares dirigidos a possíveis traumas do passado são acompanhados de expressões de dúvida e marcados pela brevidade, porém consideravelmente recorrentes ao longo da conversa:

[falando sobre os pais] o que tinha entre os dois foi um amor que não conseguiam dizer um pro outro. Eu amei a minha mãe a vida toda e a gente nunca conseguiu dizer uma pra outra que se amava. Às vezes quando a gente trocava carinho, outra dizia “quer o quê?” [ri]. Tanto ela quanto eu. Minha mãe nunca teve esse carinho de sentar, dialogar. Tudo era bater. Meu pai também era bater. A gente tinha tudo, porque pra eles a coisa era dar tudo que precisava. Mas falta algo? Sim, mas a gente não conseguia dizer.

⁷ A manutenção dos vínculos familiares levada a cabo por travestis a partir da superioridade econômica e da doação de bens materiais foi sinalizada por Nascimento (2011). De acordo com a antropóloga, a demonstração da ascensão social e a prestação de apoio material a familiares residentes na cidade de origem é uma forma recorrente de reatar vínculos, e de afastar o estigma, a violência e o abandono que no passado saturaram as relações familiares em virtude da não aceitação da feminilidade das interlocutoras. Elas, residentes de cidades de maior escala e com alta circulação por regiões e países, voltam apenas pontualmente para os pequenos municípios natais e “em grande estilo”: expressam sucesso através da exposição de prosperidade financeira – simbolizada por exemplo por carros, roupas, e modificações corporais – e do envio de dinheiro e presentes.

(...) Eu sei que às vezes sou ignorante, mas minhas amigas estão do meu lado mesmo assim. Na hora da dificuldade nunca deixaram de estar. Quando começam a me abraçar e beijar, eu digo “pare de falsidade, não tenho dinheiro pra dar nem emprestar. Não venha querendo me ganhar com essas. Diga logo o que tu quer.” E ela diz “mas é muito ignorante, a gente tá indo com carícia.” Quem gosta de mim tem que gostar como eu sou. Nunca fui chegada a beijos e abraços e carinho. Não sei se é porque eu nunca recebi. Eu não sei se tenho trauma de infância. As pessoas falam disso. Mas eu acho que trauma de infância é frescura de gente fraca.

Eu sei que construí muita coisa em benefício das pessoas. Se vão reconhecer isso ou não, é de cada um. Não posso dizer às pessoas “você tem que me agradecer porque eu fiz isso.” Sou tímida. Não gosto desse tipo de coisa. Tanto na festa de escola, caiu depois do meu aniversário. Eu dizia a todo mundo “não gosto de festa, não cante parabéns pra mim! Eu gosto de fazer pros outros, mas pra mim não quero, morro de vergonha.” Mas não adiantou! Fizeram. E aí fui me derreter né? Fizeram buquê de flores, cantaram parabéns, cheguei em casa tinha festa pra mim. Eu não queria, mas talvez é porque eu nunca tive isso, talvez isso fosse uma das minhas frustrações da infância. Nunca tive. E aos 57 anos eu tive. Então isso ajuda você... mas enfim. [muda de assunto]

É possível notar a atenção hesitante a eventos do passado que possam não só tê-la marcado e afetado quem é, mas produzido um dano cujo efeito negativo a constitui, privando-a de algo – e gerando também questões não ditas sobre como seria caso essas experiências desencadeadoras de sofrimento (não receber demonstrações de amor em palavras e proximidade física, não ser celebrada) não tivessem se dado. No subtexto, no tom de voz, há o desejo de saber se a rejeição a certas formas de expressar afeto e a timidez que provocam comporiam sua subjetividade (ou o fariam de modo distinto) caso tais demonstrações não tivessem sido negadas a ela na infância. “Talvez” e “não sei se” ao se referir ao passado são chave aqui.

Novamente o modelo heroico se desestabiliza, embora não seja abandonado (vide “acho que trauma é frescura de gente fraca”). Há a sugestão de que a noção de pessoa tomada como autossuficiente é menos cristalizada e imperturbável do que inicialmente se imaginava. É fruto de relações organizadas por dinâmicas próprias de fluxo de emoções e pela ocultação de trajetória e ação de tais relações. Revelar essa trajetória ainda que breve e tentativamente abre uma outra porta: dinâmicas alternativas de fluxo de emoções fariam outras personidades?

A operação narrativa da memória efetuada por Fernanda aqui se mostra interessante porque não apenas molda seu passado e sua subjetividade. Coloca em xeque a mesma operação realizada anos antes em nossos dois encontros anteriores, fragmenta a coerência de seu campo semântico e rearranja o que aconteceu e sua influência em quem ela se tornou. Cria também uma dimensão subjuntiva que sinaliza ao que poderia ter acontecido, a quem ela poderia ter se tornado. A brevidade

e a dúvida que envolvem essa prática são chaves reveladoras do tanto que na oralitura da memória e de si há de territórios evitados, interditados, que podem irromper no fracasso de contorná-los.

Saliento isso não como uma forma de apontar para uma verdade escondida por Fernanda. Faço-o porque tal operação é ao mesmo tempo um adensamento da história e da imagem de si que vinha construindo e um sinal do propósito que orientou o desvio de tais lembranças nos dois encontros anteriores, bem como do que elas ensinam sobre a personalidade que deseja construir narrativamente. Tal propósito envolve um projeto de recusa do modo convencional de tratamento e representação de travestis: sua extrema vulnerabilidade e sujeição ao poder do outro. Poder de expulsar, ofender, violar e assim lesionar pessoas, poder de apagar, estigmatizar e reduzir retratos de sujeitos – em especial sujeitos racializados e em vulnerabilidade socioeconômica.

A violência contra pessoas trans é multifacetada – mas a dirigida a pessoas transfemininas negras é particularmente aguda. Desde 2017, a ANTRA vem, em dossiês anuais, salientando a persistência da alta de casos de violência física e em especial homicídio, e um perfil de vítima massivamente jovem (índices entre 59% e 62% delas terem entre 15 e 29 anos), profissional do sexo (entre 80% e 90%), e preta ou parda (entre 78% e 82%). Da mesma forma, a trajetória de representação tem engendrado desigualdades – associando travestilidade a uma essência subjetiva que levaria a práticas consideradas imorais e criminosas.

Como implicação, o retrato de travestis na imprensa eminentemente tem se dado ao longo das décadas em cadernos policiais, em cenários de denúncia do envolvimento em crimes, de transmissão de infecções sexuais, de “invasão” de bairros “de família”, tornando-os “perigosos.” Também é recorrente, assinala o dossiê de violência e assassinatos de 2020 da ANTRA (2021), a não divulgação em veículos de mídia de condutas criminosas que vitimam pessoas transfemininas – e quando o tema chega a jornais, nota-se então uma outra forma de discriminação: seus nomes e gênero são desrespeitados, e elas referidas com termos no masculino.

Mesmo a maior recorrência em noticiar casos de violência transfóbica que afetam pessoas transfemininas negras se dá a partir de moldes que merecem atenção, com efeitos que merecem atenção. O aumento da transmissão de vídeos em que travestis negras são linchadas muitas vezes até a morte, ou de imagens de seus corpos brutalizados agonizando ou inertes, aliado a poucos detalhes sobre sua vida institui uma dinâmica representacional de espetacularização da violência e do sofrimento, despersonalizando corpos a partir de um olhar que reconstitui o evento e os sujeitos como exóticos, bestiais, fora do âmbito do civilizado (Feldman, 1994).

C. Riley Snorton e Jin Haritaworn (2013), considerando a disseminação transnacional de tais imagens e notícias mesmo entre o ativismo LGBTQIA+ em geral e o trans em particular – como em eventos tais quais o Trans Day of Remembrance – apontam o modo como ela atua associando

a transfeminilidade racializada a morte e brutalidade, com trajetórias e vozes que não recebem a mesma atenção da mídia e da militância. Da mesma forma, a circulação de reivindicações por políticas públicas, reformas legislativas e resposta judicial como reação e combate a tais formas de violência costumam ser feitas por sujeitos que não compartilham dos mesmos marcadores sociais (ou seja, por organizações militantes compostas principalmente por pessoas brancas e de classe média com passabilidade cis), repetidamente beneficiados por mecanismos de inclusão de Estado que não atingem pessoas tais como as violadas e assassinadas.

Snorton e Haritaworn nomeiam esse desenrolar de dinâmicas discursivas e representacionais de extração de valor de morte transfeminina racializada. Esses acontecimentos traumáticos servem de combustível para alimentar um projeto de cidadania que visibiliza, legibiliza e legitima vidas trans brancas, de classe média, enquadráveis em padrões de beleza e expressão de gênero cis. Travestis e mulheres transexuais racializadas apenas têm lugar como corpos destituídos de vida que a partir do trabalho de tecnologias biopolíticas e necropolíticas se tornam recurso à sobrevivência e à subjetividade política e social de grupos privilegiados.

É justamente a esse lugar ambivalente e manipulável de vítima, que negligencia a vitalidade e as formas de sobrevivência de pessoas transfemininas racializadas, que Fernanda se opõe ao refutar a vulnerabilidade e a possibilidade de ser atingida por experiências traumáticas: pertencer a esse lugar significa, de certa forma, alcançar inteligibilidade apenas enquanto ser sem voz e sem domínio sobre a própria existência. Essa, diz Fernanda, é “coisa de gente fraca” - posição que rejeita. A “fraqueza”, que pode ser entendida aqui como uma fragilidade que a torna suscetível à agressão e ao cuidado (bem como à negligência e à ausência) de quem a cerca, se torna apenas aceitável em sua natureza pontual no fluxo temporal da existência: abate-se sobre ela como um evento, e afeta a constituição de sua personitude (desfazendo possibilidades de ser, reparando danos e fragilidades). Logo, no entanto, Fernanda cristaliza dita personitude e restaura o modelo de pessoa autossuficiente com o qual navega a história de sua vida.

Fernanda ao organizar seu campo de atenção recusa a imagem de travesti reiterada pela configuração social hegemônica. Ela é reconhecível apenas a partir da destituição da sua vitalidade. Fernanda, ao mobilizar o modelo de narrativa heroica e de pessoa autônoma, não reproduz um padrão conservador. Reivindica para si e para a própria história papéis e agência a ela denegados, e repudia a única modalidade de reconhecimento oferecida – marcada por instâncias de desprezo, pena, interdição ao estatuto de pessoa. Nega, ademais, a capacidade desta dinâmica de

enquadramento e de relação subjetivação-assujeitamento⁸ atingirem-na. Faz, da sua oralitura, autodefesa (Cavalcanti, Barbosa e Bicalho, 2018: 177)⁹.

Dias após meu retorno de João Pessoa, rumei para os Estados Unidos para realizar de estágio de pesquisa – onde fiquei até março de 2020. Eu e Silvana trocamos impressões sobre as entrevistas e o texto, escrevíamos e reescrevíamos trechos, porém eventualmente instituímos uma pausa em espera ao desfile da escola de samba Unidos do Roger em 2020.

Foi um choque quando, em 2 de fevereiro de 2020, acessamos nossas redes sociais e vimos mensagens de luto em perfis de conhecidos e páginas de movimentos sociais como a ANTRA, lamentando o falecimento de Fernanda. Não sabíamos sequer que um novo tumor havia sido detectado em seu corpo, quanto mais a piora de seu quadro. Seu caráter imprevisto potencializou de forma aguda a dor da perda, vivenciada não a partir do processo estendido de partida de uma doença gradualmente debilitante – nos termos de Eugênia Motta (2020) – mas de evento crítico:

irrupção violenta, ou intervenção, em um mundo estabelecido. Essa irrupção, que tem a força de uma irrupção vulcânica, também é uma interrupção. Ela cancela o tempo da situação atual e marca uma nova fundação do tempo; o único nome que dá conta dela de modo apto é “revolução”. (...) Ela interrompe e funda, mas deixa traços, traços que permitem um *encontro* com elementos da situação, que passam por um processo de condenação, ou conversão. (Lecerle, 2002 apud Rosaldo: 101-102)

Dito traço que gera uma reorganização de atribuições a sujeitos envolvidos em sua vida também nos abateu: a sensação de não ter conseguido honrar enquanto estava viva o sonho tão ansiado de ver sua biografia lançada e existindo no mundo era incontornável. Ambas estávamos realizando pesquisa no exterior e não pudemos ir a João Pessoa acompanhar os ritos funerários; testemunhamos o velório e o enterro de longe, a partir de mensagens e de redes sociais de conhecidos, e de reportagens de TV. Posteriormente, com a eclosão da pandemia de COVID-19, o isolamento se manteve.

Em conversa por telefone com amigas de militância de Fernanda, Silvana avaliou ser mais acertado continuarmos o plano de publicação. Seguimos assim: no último capítulo, que já relatava seu adoecimento e recuperação, adicionaríamos uma seção final sobre a reincidência da doença e

⁸ Tomo como referência a elaboração mais ampla de Snorton (2017) acerca das relações de coisificação que pautaram a história da articulação entre subjetividades trans e negritude: “Como gramática, o transitivo fornece insight crítico sobre a transubstanciação das coisas, e este estudo começa traçando a circulação de ‘negre’ e ‘trans’ conforme são trazidos para o mesmo enquadramento pelo vários modos com que tem sido constituídos como fungíveis, coisificados, intercambiáveis (...). Conforme Billy Brown argumentou, o processo pelo qual um objeto se torna uma coisa conta ‘uma história de como uma coisa nomeia menos um objeto do que uma *relação* particular sujeito-objeto.’” (ibid.: 6)

⁹ Uso a potência da elaboração narrativa como autodefesa seguindo as palavras des autôries: “Enquanto seguimos vivenciando formas radicais de exclusão, esse texto pode inclusive ser lido como uma tentativa singela de autodefesa e como um convite a que possamos estar atentas aos registros que, somados, pouco a pouco naturalizam o absurdo” (ibid.)

seu falecimento; enquanto elaborássemos esse trecho, enviaríamos o material já pronto para avaliação de editoras quanto à viabilidade da publicação.

A partir daí, a escrita da vida foi afetada pela ausência e pela morte. Evidentemente, a ausência já havia se dado ao longo dos anos, em diversos momentos da tradução da oralitura de Fernanda para a nossa escrita. Mas se tratava de uma distância espacial: ela em João Pessoa, nós em São Paulo – encurtada caso precisássemos acioná-la com uma mensagem enviada pelo celular sempre a nosso alcance. Agora a distância se dava na régua do tempo: ela na memória; nós, no presente do registro, separades dela por um caminho intransponível.

Como contar histórias sobre uma vida que se encerrou no processo de relatá-la? Como sustentar o comprometimento dialógico na ausência da interlocutora e co-autora? Como interromper bruscamente o modelo narrativo pensado a partir de um arco de heroísmo e invencibilidade para fazer caber no desfecho do relato, em uma curva inesperada no momento da linha de chegada, a enfermidade, a fragilização e o perecimento? Elaborar isso só foi possível com o auxílio de reflexões produzidas no seio do trabalho antropológico acerca da morte e do luto.

Renato Rosaldo (2014) e Jorge Villela (2015) salientaram a preponderância, ao longo das décadas, de investigações acerca do tema centradas em rituais – e assim como eles, gostaria de olhar para outra dimensão dessa experiência social. Tomo como pista a perseguir, de modo a ajudar a responder minhas perguntas, algo que o segundo assume como enquadramento analítico de sua própria investigação: o que as mortes fazem des vives? Ou, adaptando esta questão ao ocorrido entre nós: de que modo as histórias das mortes podem afetar os vives? Para tanto, também gostaria de falar um pouco sobre luto e memória.

Embora reconheça a importância em se deter sobre a força das emoções envolvidas no processo de luto, tal como defendido por Rosaldo, gostaria de atribuir foco a seu entendimento como “um processo ativo em vez de uma reação emocional automática à perda” (Hemer, 2020: 2). Práticas, portanto – que podem interseccionar o campo dos rituais, mas não se limitam a ele. Aqui, atento a práticas levadas a cabo por companheiros que se manifestaram publicamente à morte de Fernanda e expressaram mecanismos de enfrentamento de sua perda.

No programa de TV “Bom Dia Paraíba”, de 2 de fevereiro de 2020, a reportagem de 6 minutos gasta pouco do tempo falando sobre seu adoecimento, últimos dias e morte; quase a inteireza da reportagem é dedicada a apontar os papéis ocupados por Fernanda em diversas dimensões da vida (o repórter presente no velório salientando que era “técnica em enfermagem, era também militante do movimento LGBTQI+, (...) foi artista de circo, atriz”), e sua participação em empreendimentos coletivos (“foi fundadora e também presidente da Associação de Travestis da Paraíba, (...) em 2014 participou da fundação da Unidos do Roger, onde atuava como presidente”).

O âncora destaca: “a história de Fernanda Benvenutty se mistura com as causas sociais e a alegria do carnaval. Fernanda deixa um legado de causas sociais.”

Na reportagem, que se dedica mais a rememorar a trajetória de Fernanda e apresentar registros de sua vida a partir de fotos pessoais e vídeos de aparições públicas e entrevistas do que em descrever as circunstâncias de seu falecimento (salientando brevemente ser decorrente de uma “luta contra o câncer”), colegas de escola de samba e do ativismo trans são entrevistados:

Fernanda vai deixar um legado incomparável, e através desse legado ela nos fez um pedido muito especial (...). Vamos colocar sim a Unidos do Roger na avenida, até porque o enredo é “Abram Alas que ela vai passar: Fernanda Benvenutty, um legado de luta e suor” (Jaciana Xavier, Diretora da escola de samba)

Se hoje em dia o movimento de travestis e transexuais tem seus direitos adquiridos na saúde, a questão do nome social, a questão da inserção no mercado de trabalho, sempre tem Fernanda Benvenutty. Cabe a nós que ficamos erguer e continuar a fábula que é Fernanda Benvenutty. (Andreina Gama)¹⁰.

No dia seguinte e no mesmo programa o repórter, ao acompanhar os preparativos para o enterro, faz duas perguntas a Micael, companheiro da escola: “E Fernanda deixa uma lacuna, uma perda imensa pra esse movimento carnavalesco de João Pessoa, não é não?” e “Qual principal lembrança que Fernanda deixa – como ser humano, como amiga e também parceira do carnaval e incentivadora do carnaval esse tempo todo?” A que Micael responde: “A força de correr atrás das coisas, de batalhar, ajudando as pessoas, ela nem sabia quem era mas ajudava, em tudo que ela fazia, era com força e humildade, e sempre pra conseguir ajudar ao máximo as pessoas que se aproximavam dela¹¹.”

No site do Parlamento PB, o sepultamento é noticiado com uma breve informação sobre a causa de seu falecimento; o destaque se refere ao enterro ter sido não só testemunhado pelos integrantes da Unidos do Roger, como também embalado “ao som de samba”: “não deixe o samba morrer”, e o samba-enredo do desfile que se deu dias depois, em homenagem a Fernanda. Na letra da canção, a referência a sua história de vida: “o seu legado é imortal”, “exemplo pra deixar em nós” e “ativista do riso, (...) foi mãe, parteira, (...) lutou contra o preconceito e a discriminação.”¹²

Quando seu falecimento foi tornado público, figuras da política partidária e da militância se manifestaram em notas de pesar. A ANTRA lançou a seguinte declaração:

É com imensa tristeza que a ANTRA informa que neste 2 de fevereiro, partiu desse plano a nossa querida Fernanda Benvenutty.

¹⁰ Ver em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/02/fernanda-benvenutty-morre-aos-57-anos-em-joao-pessoa.ghtml>

¹¹ Ver em: <https://globoplay.globo.com/v/8289156/>

¹² Ver em: <https://parlamentopb.com.br/corpo-de-fernanda-benvenutty-e-sepultado-ao-som-de-samba-assista/>

Ela que foi pioneira de muitas lutas e batalhas perdeu a vida vitimada pelo câncer. Nós estamos dilaceradas por perder tão importante personalidade, mas temos certeza que ela cumpriu o seu papel. E nos deixou um belo legado de luta e resistência. (...) Guardem as lembranças felizes que estiveram presentes onde Fernanda passou, e que ela siga em paz. Nós continuamos aqui na luta que ela tanto ajudou.

O luto que se segue à morte de Fernanda se dá através da rememoração de sua vida, de feitos que exerceu e de papéis que ocupou que imprimiram efeitos no mundo: “ela deixou um legado”, todes dizem. A fragilidade do adoecimento e a morte recebem pouca atenção. No máximo, mencionam sua “batalha contra o câncer”, e o que ela era capaz de fazer a despeito da doença. No blog “Observatório G”, da UOL, a notícia sobre seu falecimento é acompanhada do comentário de um companheiro de escola de samba: “Não tinha nada que fizéssemos, que não fosse passado para ela e precisava ter o seu aval. Queria saber de tudo, mesmo estando em casa. Sempre conversávamos, as ideias eram discutidas e tudo dependia do seu sim”¹³.

A ênfase em relembrar a vida em vez de reconstituir aspectos do falecimento se distancia das convenções de representação de travestis negras, em especial de suas mortes. Como já salientei, uma literatura crítica vem mostrando como a mídia é povoada principalmente por detalhes da violência empregada em homicídios que as vitimam, e por interesse maior em expor seus corpos brutalizados em vez de seus nomes e trajetórias em vida. Mas aí está uma das diferenças que distanciam Fernanda desses demais casos: sua morte foi ocasionada por uma doença não envolta por pânico moral (como infecções sexualmente transmissíveis), já em terceira idade, após uma vida repleta de conquistas socialmente legítimas – como filhas, trabalho formal no setor da saúde, engajamento político reconhecido por lideranças partidárias.

O contexto e a causa fazem com que a sua seja considerada uma boa morte – para usar os termos recuperados por Hemer (2020). Se a boa morte ocorre “após uma vida longa e bem sucedida, em casa, sem violência ou dor, com a pessoa morrendo em paz com seu entorno e tendo pelo menos algum controle sobre os eventos” (Searle; van der Geest, 2004: 885 apud Hemer, 2020: 2), más mortes são traumáticas, súbitas, inesperadas, prematuras e envolvidas por violência, como os homicídios que saturam as estatísticas de morte de mulheres transexuais e principalmente travestis negras. A classificação negativa da morte afeta, afirma Hemer, a experiência de enlutamento e o que vem à atenção ao rememorar a pessoa falecida e conduzir ritos funerários: o silêncio que evita trazer aspectos perturbadores da morte à tona ou rumores que apenas especulam seus detalhes; a preponderância de manifestações de choque, negação, raiva e indignação; a inviabilização ou reorganização de ritos funerários; reajuste das dinâmicas em torno do que se lembra e do que se

¹³ Ver em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/morre-aos-57-anos-ativista-lgbt-fernanda-benvenutty>

esquece sobre quem morreu. Nesse aspecto, a boa morte contrastivamente permite outro enfoque que não no evento do falecimento e na administração das perturbações que ele engendra.

O ato contínuo de lembrar dos feitos realizados por Fernanda durante sua vida e o impacto que teve em comunidades mais amplas não só se enquadra em uma lógica de enlutamento de classificações positivas da morte; ele faz parte de um movimento incipiente de ruptura com o citado padrão de representação de travestis negras, recusando o binário lugar de vítima-lugar de pessoa suspeita, ora sem agência e poder sobre a própria vida, ora dotada de intenção de perverter e destruir a socialidade tal qual é hegemonicamente ordenada. Sua imagem de lutadora, defensora de mais vulneráveis que conquistou vitórias contra a desigualdade e o preconceito é reiterada por enlutades, destacando assim a manifestação da vontade em agir visando à equidade. Essa vontade e sua eficácia também se manifestam na recorrência da expressão “deixar um legado”, e de afirmações tanto na nota da ANTRA quanto na declaração de Andreina de que é necessário “guardar essa lembrança” – ou seja, não basta que o legado exista. É necessário que ele nunca deixe de ser associado à trajetória e ao nome de Fernanda.

Esse imperativo foi rapidamente posto em ação nos meses que se seguiram. Em outubro de 2020, o edital na Paraíba referente à Lei Aldir Blanc, que previa auxílio financeiro ao setor cultural visando reduzir o impacto da interrupção de eventos por conta do COVID-19, levou seu nome. Na página do edital, encontramos uma síntese biográfica, destacando seu envolvimento com atividades como artes circenses e sua dedicação ao carnaval¹⁴. Dois meses depois, a Parada LGBTQIAP+ de João Pessoa, transmitida virtualmente no YouTube, se realizou com o tema “Movimento social é força, garra e atitude: viva Fernanda Benvenutty!” No ambiente em que a Parada foi gravada nota-se ao fundo um painel que à esquerda tem o logo de coletivos do estado e à direita tem um farol que emana um feixe de luz em arco-íris. Esse feixe se expande e banha a imagem de rosto e torso de Fernanda, sorridente e de peito aberto. Respectivamente, na abertura de sua realização, ouvimos Roberto Maia, coordenador do Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa, e logo depois Andreina Vilarim como representante do movimento LGBT da cidade:

Foi Fernanda que levou essa política [falando sobre políticas públicas à população LGBTQIAP+] pro Ministério da Saúde e que a gente tem hoje várias políticas de inserção social dessa população. Eu queria agradecer principalmente à memória de Fernanda e Luciano [um dos fundadores do Movimento do Espírito Lilás], que não estão aqui, mas que lutaram incansavelmente pra que a gente pudesse fazer política pública nesse país.

Enquanto as Fernandas da vida, os Lucianos Bezerra da vida e os João Balula da vida estiverem entre nós... porque eu não acredito numa morte. Eu acredito numa

¹⁴ Ver em: <https://sites.google.com/view/leialdirblancpb/credenciamentos/edital-fernanda-benvenutty>

continuação. (...) Fernanda foi voar. Fernanda voou e galgou e buscou tantas lutas, conseguiu que a gente tivesse tantas conquistas (...). Hoje toda a gratidão pela história e o legado dessas três pessoas. Fernanda Benvenutty, presente! (...)Esse ano eu vi uma pessoa que não tinha o direito de partir. Mas ela nos deixou no dia 2 de fevereiro. Nesse dia começa um legado de uma associação, uma letra que tava lá no final. A das travestis e transexuais. (...) É muito importante que a gente continue a ser resistência porque Fernandas, Lucianos e João Balulas lutaram pra que essas pessoas, principalmente mulheres travestis e transexuais saíssem da escuridão. Nós só tínhamos o gueto. Nós só éramos criaturas da noite. Hoje a gente consegue adentrar os espaços e saber que tem políticas que foram conquistadas pelo movimento social. (...) É uma honra muito doída substituir uma pessoa que não tem substituição. Independente de credo, essas pessoas continuarão vivas. (...) Fernanda Benvenutty vai continuar sempre viva (...).¹⁵

Em abril de 2021, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou por unanimidade o Projeto de Lei que atribui o nome de Fernanda ao Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais localizado em João Pessoa. Em declaração à imprensa, a deputada estadual Estela Bezerra, autora do Projeto de Lei, destacou que “Fernanda foi uma ativista importante, que debatia e lutava pela cidadania da população LGBTQIA+, especialmente das mulheres trans e travestis. Foi uma grande educadora política, e que promovia a cidadania de todas e todos”¹⁶.

De modo generalizado, tanto essa forma de lembrar em seguimento de sua morte quanto as memorializações a partir do batismo com seu nome de eventos e políticas públicas atuam em consonância com a travestilização do modelo heroico de narrar. A morte não faz com que ele seja abandonado; apenas leva à entoação por outros sujeitos que não Fernanda. Não interrompe o empreendimento político de reestruturação de histórias de vida travestis; apenas o desloca para que a instância da enunciação não seja o autobiográfico, mas a prática do luto. Esse modo de invocação do passado ao presente através tanto da reiteração de Fernanda e de seu caráter de “guerreira” quanto da permanência e ação de suas “conquistas” passadas no presente se condensam na fala de Andreina ao dizer que a morte não é ruptura – Fernanda continua viva seja nas marcas que imprimiu no mundo, seja em pessoas como ela.

Catarina Morawska, ao acompanhar as iniciativas de luto das Mães da Saudade e dos jovens do Grupo Comunidade em Peixinhos diante da morte de rapazes (2018), destaca como a prática de vivê-lo através da memória estabelece uma experiência coletiva que tem efeitos políticos de reorganização do enquadramento moral dos meninos que se foram e seus falecimentos. “Processo ao largo de qualquer intencionalidade” (ibid.: 339), ele não é menos potente em termos de

¹⁵ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=syeXJwiMLj4&t=1536s>

¹⁶ Ver em: <https://parlamentopb.com.br/alpb-aprova-homenagem-a-fernanda-benvenutty-em-ambulatorio-para-travestis-e-transexuais/>

reestabelecimento dos termos a partir dos quais boas e más mortes se dão com base em atributos de sujeitos – a saber, trabalhadore versus alma sebosa. A antropóloga nos mostra como a construção de “mapas mnemônicos de socialidade” (Marques, 2013) por essas mães permite reorganizar os falecimentos de seus filhos não como consequências inescapáveis de sua essência moral, mas como desenrolares de caminhos a eles negados e os apresentados como possíveis devido a um contexto mais amplo marcado por desigualdade.

Lembrar seu trânsito por esses caminhos, saturar o presente com esses passados e com aparições desses rapazes leva a um encontro entre vives e mortes capaz de reivindicar a reconfiguração de políticas de enfrentamento à violência e a reorganização simbólica de responsabilização de mortes. O lamento pela perda como ato público de rememoração redireciona o foco a regimes sociais de reprodução de desigualdade social que precarizam vidas e as culpabilizam e estigmatizam, em uma retórica individualizante, por sua própria vulnerabilização.

Cito esta reflexão fundamental de Morawska porque há algo muito similar em curso no luto por Fernanda. A prática levada a cabo para lidar com sua ausência, tão similar entre diferentes sujeitos que receberam atenção da mídia e reiteradamente mantida ao longo dos meses que se seguiram – a saber, a rememoração de sua vida a partir de um repertório bélico e de um modelo heroico de enfrentamento individual e eficaz de desigualdades em prol de grupos vulneráveis, mesmos elementos por ela mobilizados em vida – não me parece ser algo combinado entre os envolvidos. No entanto, sua convergência não deixa de provocar mudanças nos termos da política moral de representação de travestis negras: dando continuidade ao empreendimento da própria Fernanda, recusa-se o lugar de vítima e o enfoque na morte como evento, no cadáver sem agência com sofrimento espetacularizado a olhos curiosos, atribuindo em vez disso foco a uma história de vida estruturada em um percurso linear e ascendente de disputa e triunfo da protagonista sobre obstáculos individual e coletivamente apresentados.

Também “ao largo de qualquer intencionalidade” eu e Silvana optamos por tratar do falecimento de Fernanda no livro seguindo esse empreendimento generalizado. Muito pouco dissemos sobre seus momentos finais – até porque muito pouco perguntamos a quem os testemunhou. A partir da análise de matérias jornalísticas e de entrevistas com pessoas próximas, elaboramos mais extensamente as homenagens a ela prestadas e os sinais de preservação da memória de sua trajetória. Encerramos o livro da seguinte forma:

Fernanda permanece viva. Ela deixou fisicamente o mundo, mas não sem antes fazê-lo um lugar melhor, imprimindo tanto de si e dos seus projetos de comunidade digna, de igualdade. Deixou também uma história de vida impressionante para as travestis. Seus passos inspiram a não baixar a cabeça para o ódio e o preconceito, mesmo que o medo

tome de assalto. Seus amores e alegrias revelam o quanto a existência pode ser mais bonita quando ousamos compartilhá-la com o mundo. Suas conquistas – na profissão, no carnaval, na família, na política, no movimento trans – ensinam que, quando lutamos pelo nosso direito de ser e viver, afetamos o futuro de nós mesmas e de outras que sonham seguir os mesmos caminhos, livres. (Benvenutty, Nascimento e Lima, no prelo)

Continuar a escrita também se tornou uma forma de luto: prática que permitiu que eu e Silvana enfrentássemos a ausência. Também se tornou prática levada a cabo pela memória: através do registro das lembranças de sujeitos sobre Fernanda e modos de manter seu nome e trajetória conhecidos e celebrados que se seguiu ao falecimento – suas memórias sobre a memorialização de Fernanda. Mas também, ao contrário do que havíamos imaginado, não se tratou de escrita sobre a morte, ou de escrita na ausência de Fernanda; inconscientemente inspiradas por outros enlutados, mantivemos a estratégia narrativa heroica empregada em sua oralitura, e afastamos a fragilização. Da mesma forma, a falta também foi afastada – dizer que ela “permanece viva” não foi apenas um artifício retórico, mas uma reorientação das fronteiras entre vida e morte inicialmente percebidas, e contraditas pelo luto de companheiros de Fernanda.

Assim como Morawska argumentou (2018), trata-se de atentar para o modo como experiências coletivas de luto perturbam dualismos, e reconhecer a vida nas conectividades que se mantém a partir da coexistência do passado com o presente: aqui, em especial, a agudeza da memória de sua existência, e as consequências de seu engajamento na política, no carnaval, no sistema de saúde do estado – em outras palavras, o caráter sólido, patente de seu *legado*.

Referenciais bibliográficos

- ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. Estamos sempre em guerra? Estudo cognitivo sócio-histórico de uma metáfora da gripe espanhola e da COVID-19. In: **Estudos Linguísticos E Literários**, (69), 366–395. 2021.
- CARVALHO, Mario et al. Metáforas de um vírus: reflexões sobre a subjetivação pandêmica. In: **Psicologia e Sociedade**, n. 32, 1-15. 2020.
- CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil Pós-redemocratização. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**. V. 38, núm. esp. 2, 2018. P. 175-191.
- FELDMAN, Allen. On cultural anesthesia: from Desert Storm to Rodney King. In: **American Ethnologist** 21(2): 404-418. 1994.
- FRANCO, Túlio Maia. COVID-19 e suas metáforas. In: **Ponto Urbe** n. 27, 2020.
- HARRISON, Mark. The Medicalization of War – The Militarization of Medicine. In: **The Society for the Social History of Medicine**. 267-276, 1996.
- HERZFELD, Michael. The taming of revolution: intense paradoxes of the self. In: REED-DANAHAY, Deborah (ed.). **Auto/Ethnography: Rewriting the self and the social**. Oxford; New York: Berg, 1997.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LE GUIN, Ursula. **The Carrier Bag Theory of Fiction**. 1986. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/ursula-k-le-guin-the-carrier-bag-theory-of-fiction>
- LIMA, Luiza Ferreira. **A “verdade” produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

- _____. Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.
- MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. Founders, ancestors and enemies. Memory, family, time and space in the Pernambuco Sertão. **JRAI** 19 (4), 2013, p. 716-733.
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. São Paulo: Cabogó, 2021.
- MORAWSKA, Catarina. Luto e memória das Mães da Saudade de Peixinhos. In: MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha; LEAL, Natacha Simei (org.). **Alquimias do parentesco**: casa, gentes, papéis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo, Terceiro Nome, 2018.
- MOTZAFI-HALLER, Prina. Writing Birthright: on native anthropologists and the politics of representation. In: REED-DANAHAY, Deborah (ed.). **Auto/Ethnography**: Rewriting the self and the social. Oxford; New York: Berg, 1997.
- NASCIMENTO, Silvana. Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutti na Paraíba. In: **Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs**, 24 a 28 de outubro de 2011. Caxambu, Minas Gerais.
- PEREIRA, Bru. A comunidade das sobreviventes contra a sobrevivência dos heróis. In: **n-1 edições**, 2020.
- REED-DANAHAY, Deborah (ed.). **Auto/Ethnography**: Rewriting the self and the social. Oxford; New York: Berg, 1997.
- ROSALDO, Renato. **The day of Shelly's death**: the poetry and ethnography of grief. Duke University Press, 2014.
- SNORTON, C. Riley. **Black on Both Sides**: A Racial History of Trans Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2017.
- SNORTON, C. Riley; HARITAWORN, Jin. Trans Necropolitics: A Transnation Reflection on Violence, Death, and the Trans of Color Afterlife. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Aren Z. (eds.). **The Transgender Studies Reader 2**. New York: Routledge, 2013.
- SONTAG, Susan. **Illness as metaphor; and AIDS and its metaphors**. New York: Picador, 1990.
- VERSIANI, Daniela Gianna Cláudia Beccaccia. **Autoetnografias**: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- VILLELA, Jorge Mattar. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. In: **rev. hist** (São Paulo), N. 173, p. 329-358, jul-dez. 2015.